

# Áreas verdes dão aos brasilienses o ar mais saudável de todo o País

Há dois anos foi estabelecido que, para cada criança que nascesse em Brasília, o Departamento de Parques e Jardins deveria plantar uma árvore. Hoje, a média de árvores plantada por dia ultrapassa em muito a previsão. Por esta razão, a Capital da República é considerada como o centro urbano que oferece um ar mais saudável em todo o País. No entanto, muitas vezes as áreas verdes de Brasília não são bem tratadas, principalmente por aqueles apressados que evitam as calçadas e caminham por sobre a grama, destruindo-as.

Texto de Estelina Farias

Fotos de Hélio Nunes

Brasília, com 67 metros quadrados de área verde por um habitante, possuidora de 1,5 milhão de árvores de urbanização e 15 milhões de metros quadrados de grama, além das reservas florestais e das plantas nativas que o Departamento de Parques e Jardins — DPJ conserva, mesmo nas áreas prioritárias de urbanização, é o centro urbano do Brasil que proporciona o ar mais saudável do país a seus habitantes.

A Capital da República já alcançou destaque mundialmente em área verde, equiparando-se aos grandes centros bem arborizados do mundo.

Há cerca de dois anos o DPJ realizando estudos na tentativa de estabelecer uma proporção entre o crescimento populacional do DF e o plantio de árvores, estabeleceu que para cada criança que nascia por dia no DF, eram plantadas três árvores. Atualmente a média de árvores plantadas supera a natalidade e, alcançará maior número em 1975, quando serão plantadas mais cerca de 50 mil árvores, completando o ano agrícola, que compreende o período de novembro de 1974 a março de 1975, época mais adequada para o plantio, face a precipitação pluviométrica em grande quantidade.

## ÁREAS NOBRES

No Setor de Embaixadas, considerado área nobre urbanisticamente, estão abertas 26 mil covas para o plantio deste mesmo número de árvores, no mês corrente. Os Eixos Rodoviário e Monumental, Esplanada dos Ministérios e o trecho que liga o aeroporto ao eixo, são considerados as áreas nobres, para o Governo e consequentemente a prioritária para o DPJ, para o plantio e conservação das plantas ornamentais, árvores e gramas face o grande fluxo de turistas e autoridades estrangeiras.

Mais árvores serão plantadas no próximo ano agrícola — novembro de 1975 a março de 1976, segundo informações do DPJ, especialmente nas margens das estradas e bosques periféricos, conforme o plano traçado por Lúcio Costa.

## EIXO

No eixo rodoviário sul — cujo canteiro central é considerado área nobre, estão plantados cerca de 900 mil metros quadrados de grama. No Eixo Monumental mais um milhão de metros quadrados de grama bermuda formam um grande tapete verde, no período das chuvas, proporcionam uma bela vista ao brasiliense e visitantes. A Asa Norte (eixo norte) está urbanizada até a altura da Quadra

112 e compreende a área prioritária para urbanização, até o final de março de 1975.

Os demais centros, melhor urbanizados no DF, compreendem o Setor Cultural, Praça do Buriti e Setor Militar Urbano. Neste último, disseram funcionários do DPJ, que é a área mais bem conservada por seus usuários pois nas demais, maioria das vezes, as árvores são depedradas e muitas vezes roubadas.

## ADAPTAÇÃO

Nas pesquisas realizadas pelo DPJ, no sentido de estudar as plantas e tipos de gramas que melhor se adaptam ao solo seco do Planalto Central, ficou constatado que mais de mil plantas, de ornamentação, frutíferas e as gramas bermuda e batataise adaptam muito bem ao clima local, além das plantas nativas de grande resistência, as quais são conservadas nas áreas urbanizadas. Como exemplo — a maioria das árvores localizadas nas proximidades da Torre de TV, são nativas.

As palmeiras são de difícil plantio e de conservação muito onerosa, pois elas são naturais de brejos, cuja umidade é grande. Em Brasília, para que as palmeiras macauba, guariraba e jerivá sobrevivam, são instaladas torneiras nos seus troncos, que ficam ligadas constantemente. As primeiras foram plantadas na Praça do Buriti, para caracterizar aquele logradouro público. No início existia apenas uma, anos depois outras foram lhe fazer companhia da solitária praça.

## TRATAMENTO

Para que uma árvore sobreviva e floresça, é submetida a tratamentos constantes que iniciam com a poda, erradicação das plantas daninhas, combate a pragas e doenças, replantio, adubação, capinamento e vigilância constante, para não serem destruídas por simples atos de vandalismo.

O Departamento Técnico do DPJ faz verdadeiras criações de pragas e estuda a sua biologia, para descobrir a forma de destruí-la, evitando o uso de inseticidas poluidoras. No DF, periodicamente as pragas se multiplicam e sua exterminação é difícil, pois existe o cuidado de não usar inseticida com excesso, a fim de evitar a poluição do ar.

As cigarras são inofensivas — disse um agrônomo do DPJ — ao contrário do que muitas pessoas leigas pensam, elas até são benéficas às plantas: "creio que as matanças da espécie ocorrem devido à pequena poluição sonora que elas produzem, que por sinal agrada muitas pessoas mais sensatas, que as encaram com nostalgia e como um pássaro como outro qualquer.

## INCENTIVO

Além do plantio, tratamento e conservação da área verde, o DPJ tem como meta incentivar a população e plantar árvores, ou pelo menos que tenha uma planta ornamental em suas residências. Este último trabalho é feito em três etapas: vendas de mudas e sementes a particulares aos sábados, na Metropolitana; orientação técnica a todas as pessoas interessadas e, finalmente, tenta através de campanhas publicitárias conscientizar a população dos benefícios que a árvore proporciona a saúde física e mental das pessoas.

## BENEFÍCIOS

Além de dar melhor aspecto e um colorido todo especial à cidade, as árvores dão uma sensação de tranquilidade benéfica à mente humana, evita a poluição do ar, contribui para aumentar a umidade relativa do ar, expelle oxigênio, purifica a atmosfera, combate a poeira e ainda são utilizadas para atividades de lazer.

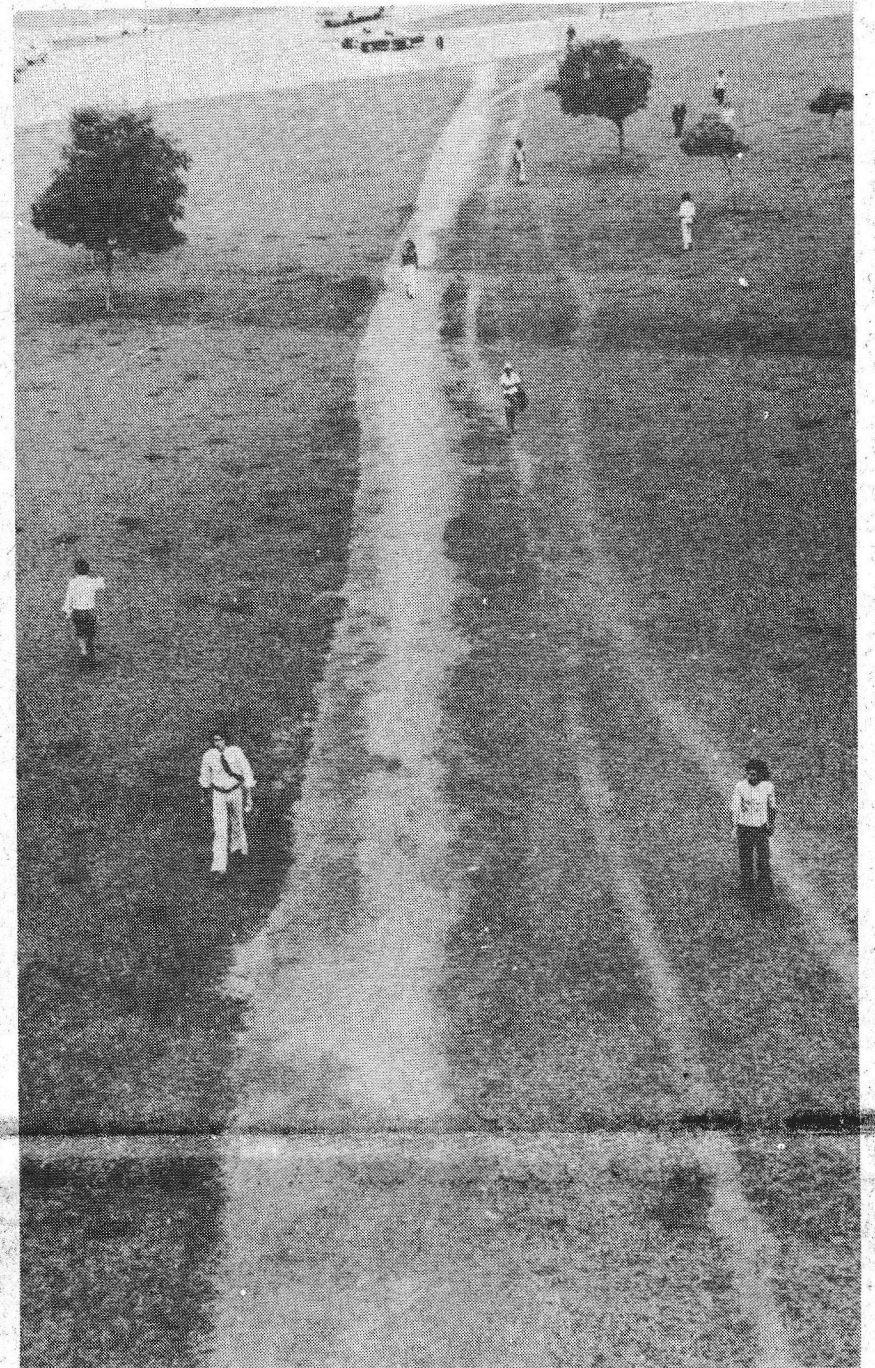
Passeando nas quadras de Brasília, nas praças e em alguns logradouros públicos, percebe-se que crianças e adultos se utilizam dos gramados para brincar ou descansar, especialmente nas tardes de calor. As pessoas que moram em quadras, mesmo de apartamentos, podem contar com verdadeiros jardins, para atividades de lazer ou mesmo apenas "tomar um ar puro", como se ouve falar a cada minuto.

## CONSCIENTIZAÇÃO

Para os agrônomos do DPJ, o maior problema de Brasília, em se tratando de área verde, é a falta de conscientização da população: "no segundo semestre de 1974, foram plantadas duas árvores em cada casa do Guará II, uma ornamental na frente e uma frutífera atrás, mas muitas já morreram por falta de cuidado de seus proprietários", disse um técnico.

O plantio de árvores frutíferas diferentes no Guará II é inédito em Brasília e tem como objetivo dar um sentido de comunidade, pois cada vizinho poderia fazer trocas de frutas com os amigos.

Crianças, que participarão da próxima Colônia de Férias, serão levadas aos viveiros do DPJ, para aprender como se planta e trata uma árvore. O ensino tem como objetivo mostrar à criança, o trabalho que dá para manter uma planta viva e consequentemente ensiná-lo valorizar o trabalho que vem sendo feito constantemente em benefício da população.



A grama plantada com todo o cuidado serve de passagem para os mais apressados

## ACIDENTE

Quando um motorista é apanhado em flagrante derrubando uma planta, seu veículo é apreendido pelo Detran e só é liberado quando paga uma multa, que varia de acordo com a destruição total ou perspectivas de sobrevivência da planta. Esta multa é inferior a um salário mínimo. Arquitetos e agrônomos, considerados os maiores defensores das árvores, são de opinião que a exterminação de uma planta deveria custar mais caro que um poste, pelo seu valor estético e benéfico.

Lúcio Costa, ao planejar Brasília, foi extremamente romântico ao traçar as calçadas em volta dos gramados. O gênio da arquitetura previu que o brasiliense teria tempo para passeios nos finais de tarde e portanto traçou as calçadas de pedestres muito sinuosas em volta dos gramados, para que as pessoas ao trilhá-las pudessem observar e sentir a natureza.

Mas o brasiliense é um homem apressado e enfrentou longas distâncias e, como é sabedor que a menor distância entre dois pontos é uma reta, faz verdadeiros caminhos de roça nos bonitos gramados, na pressa de chegar o mais depressa possível ao seu destino.

Para esses caminhos retos, ligando os pontos extremos das calçadas foi previsto também a colocação de pedras, a fim de que a grama se conservasse, pois, os caminhos de roça ficam livres, se alargam a cada momento, chegando, às vezes, destruir uma área considerável do tapete verde.

## RESERVAS NATURAIS

O Parque Nacional é uma das maiores reservas naturais do DF. Além dele, muitos bosques são procurados pelo brasiliense nos fins de semana. O Salto de Itiquira, localizado a poucos quilômetros de Formosa e Saia Velha, próximo do Gama, bem como o Parque daquela cidade satélite e uma infinidade de quedas de água perdidas nos cerrados do Planalto Central, são locais muito procurados pelas pessoas, que ainda encontram na natureza a tranquilidade para suas mentes.

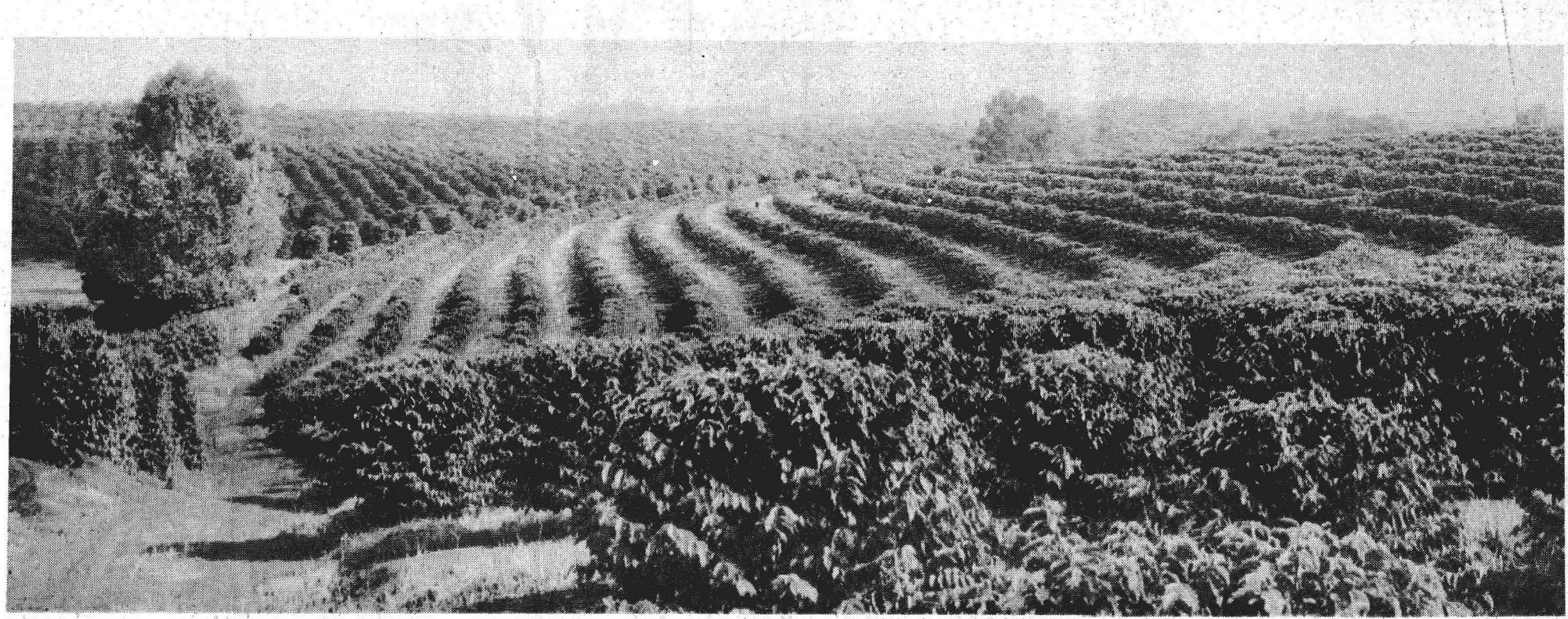
Próximo à Rodoviária, o local onde a grama é mais prejudicada, formando-se o caminho de roça







A SAB — Sociedade de Abastecimento de Alimentos — enfrenta problemas, mas não vai acabar, nem agora nem daqui a muito tempo. O que deverá ser feito — as primeiras providências já estão sendo tomadas — é vender alguns dos imóveis que a entidade possui, para possibilitar-lhe o pagamento das dívidas que tem e fornecer-lhe o capital de giro necessário para que se transforme, até o final do próximo ano, numa empresa dinâmica e rentável. Esta é um das informações que, na conversa franca e informal que manteve, no DIÁRIO DE BRASÍLIA, com a equipe da Redação, o Secretário de Agricultura e Produção do Distrito Federal, Sr. Pedro do Carmo Dantas, forneceu à coletividade brasiliense. Acompanhado de seu assessor, jornalista Paulo Manhães, o Secretário Pedro Dantas discorreu à vontade sobre os assuntos de sua pasta, não se furtando à abordagem dos problemas colocados em foco pela reportagem do DB — participaram, além de nosso repórter da área, Oldemar Borges de Matos, o Editor-Geral, um dos editores do setor de cidade e repórteres encarregados da cobertura local. Outros temas importantes abordados na entrevista-debate, aqui transcritos: um convênio de grande vulto que será proximamente assinado com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa, para pesquisa e experimentação nas terras do DF; a situação da Cooperativa Agropecuária de Brasília (entidade privada) que o Secretário acredita poder se recuperar, apesar da atual situação difícil; a atual posição dos órgãos do Governo ligados à atividade agropecuária face aos problemas fundiários; e uma novidade, que o Sr. Pedro do Carmo Dantas nos passou em primeira mão: brevemente, será inaugurada, na Central de Abastecimento de Brasília, um mercado para hortigranjeiros, onde o produtor venderá diretamente ao consumidor.



Somente com uma agricultura orientada pode se chegar à auto-suficiência de Brasília



O Secretário da Agricultura, Pedro do Carmo Dantas, acompanhado do seu Assessor de Imprensa, Paulo Manhães, à direita na entrevista-debate no DIÁRIO DE BRASÍLIA.



A Cenebra, a Fundação Zootécnica e a SAB formam o tripé com que conta a Secretaria para estimular a produtividade no DF.

Pedro do Carmo Dantas iniciou a sua entrevista discorrendo sobre a menina dos seus olhos, o Núcleo Rural da Vargem da Bênção. Lá — enfatizou — diversos colonos brasileiros e japoneses contribuíram para o maior potencial brasileiro em termos de agricultura. Ao Núcleo, previu o Secretário, está reservado um brilhante futuro.

DB — Secretário, o senhor concorda em que a região de Vargem Bonita pode abastecer Brasília?

PD — A auto-suficiência de Brasília não seria dada somente pela produção da Vargem Bonita. Esse núcleo, que tem a menor área e a maior produção, apesar de toda sua potencialidade, não teria condições de, sozinho, abastecer a cidade.

DB — Vargem Bonita tem terras diferentes do cerrado que caracteriza o Planalto Central? Possui um solo privilegiado ou é melhor assistida tecnicamente?

PD — O grande mérito de Vargem Bonita é a tecnologia aplicada por seus agricultores. Reconheço que são terras de valor, onde acumularam maior quantidade de matéria orgânica. Entretanto, destaco a tecnologia aplicada pelos que exploram as terras de Vargem Bonita.

DB — Existe algum plano específico para a agricultura do DF?

PD — O GDF implantou a filosofia de trabalho, para equacionar o problema de produção e abastecimento, usando os três trunfos com que conta a Secretaria de Agricultura: A Fundação Zootécnica do Distrito Federal, a Cenebra e a SAB.

A FZDF, órgão executivo da secretaria, passará a desempenhar um grande papel na solução do problema de produção. Para isso, ela vem sendo reestruturada, dia a dia, com o propósito de aumentar a produção e a produtividade dos solos do DF. Nossa grande preocupação é aumentar a produtividade, para que a terra responda à expectativa. Dentro dessa filosofia de trabalho, a secretaria coloca seus esquemas de prioridades, partindo do campo experimental para as assistências técnica e supervisonada.

Na parte experimental, já estamos ultimando detalhes. Firmamos convênio com o Ministério da Agricultura, através da Embrapa, delegando poderes para somar esforços na solução do problema de pesquisa do DF. Esse convênio será assinado dentro de um mês, provavelmente.

Aliás, no que se refere à pesquisa, que demanda tempo e pessoal altamente especializado, nós já contávamos com um departamento especializado; entretanto, resolvemos somar esforços com o Governo Federal, firmando o convênio a que nos referimos.

A secretaria colocará à disposição do Convênio toda a sua base física, como a Fazenda Tamandú, com 900 hectares, os 14 laboratórios, pessoal técnico e, em contrapartida, receberemos programas de pesquisas para o Distrito Federal. Não há ainda previsão de gastos para esse Convênio que firmaremos com o Governo Federal, por intermédio da Embrapa.

DB — Os agricultores de Brasília não têm acesso ao crédito rural, por falta de documentos que comprovem posse de suas propriedades. Como o senhor vê o problema?

PD — Quando assumi a secretaria, a grande barreira que encontrei foi, sem dúvida, o problema fundiário, aliás, o

maior problema para a área da Secretaria que dirijo. Ainda não temos a resposta definitiva a respeito de a quem pertencem as terras do DF. Por essa razão, temos de respeitar o critério determinado pela Justiça, que está concedendo o registro do título de propriedade daqueles que provaram a cadeia sucessória de suas terras.

Esse critério veio proporcionar à Secretaria a grande oportunidade para assistir os agricultores. Nós, que sempre nos preocupamos com a situação, conseguimos, junto ao Banco do Brasil e Banco Nacional de Brasília, financiamentos, de até 50 salários mínimos, só com o aval. A respeito, estamos reivindicando o aumento desse teto para cem salários e nas mesmas bases.

Paralelamente a esses empréstimos, a Secretaria tem uma obrigação: dar toda assistência técnica e efetuar a fiscalização para os bancos. Dessa maneira, somos co-participantes nos empréstimos concedidos aos agricultores de Brasília que não possuem títulos de propriedades de suas terras. Responsabilizamo-nos, como uma espécie de avalista, para que os beneficiados cumpram as suas obrigações financeiras pagando, em dia, os empréstimos obtidos.

#### COMUNICAÇÃO RURAL

Brevemente o agricultor do DF será beneficiado, pioneiramente, com o Sistema de Comunicação Rural. Não será mais necessário que ele se desloque de sua propriedade, para pleitear qualquer serviço da SAB. Tanto a assistência veterinária, com o fornecimento de reagentes, como fertilizantes, aluguel de máquinas, e até mesmo um socorro urgente para seus familiares, será providenciado através do sistema de rádio que iremos implantar.

A concorrência para o fornecimento do material já foi assinada, e está prevista a instalação de uma central de comunicação e 12 subestações, instaladas, respectivamente no Parque Rural, nos núcleos e nos Escritórios de Campanha da Defesa Animal.

Em termos de Brasil, no que se refere à Comunicação Rural, ninguém tem igual. A nossa pequena área nos facilita o trabalho. A Comunicação Rural será um órgão de apoio à assistência técnica, prestado gratuitamente, a exemplo dos projetos de financiamentos que elaboramos.

DB — Secretário, Brasília possui aproximadamente 1.700 propriedades rurais. Elas foram distribuídas visando formar o tão propalado "Cinturão Verde"? Entretanto, pela pequena produção que essas chácaras têm, observa-se que a finalidade foi desvirtuada. Será que essas chácaras foram distribuídas atendendo injunções políticas?

PD — Nós não queremos entrar no mérito, porque é tática de administração atual pensar no presente e no futuro. Claro que o passado é muito importante em termos de análise. Aquilo que foi feito de errado, nós vamos apenas evitar para não incorreremos nos mesmos erros do passado.

Mas, dentro do princípio atual, nós apenas regulamentamos o critério de distribuição de chácaras. Para que as terras venham a ser exploradas sob o aspecto agropecuário, nós instituímos um critério que achamos de salutar importância: o planejamento. Tudo na vida deve ser planejado. Na exploração agropecuária também, temos que partir para um princípio que é o planejamento. Esse planejamento, inicialmente, é fácil de ser feito por qualquer pessoa, desde que ela conheça, no papel, o que pretende realizar no seu lote de terra.

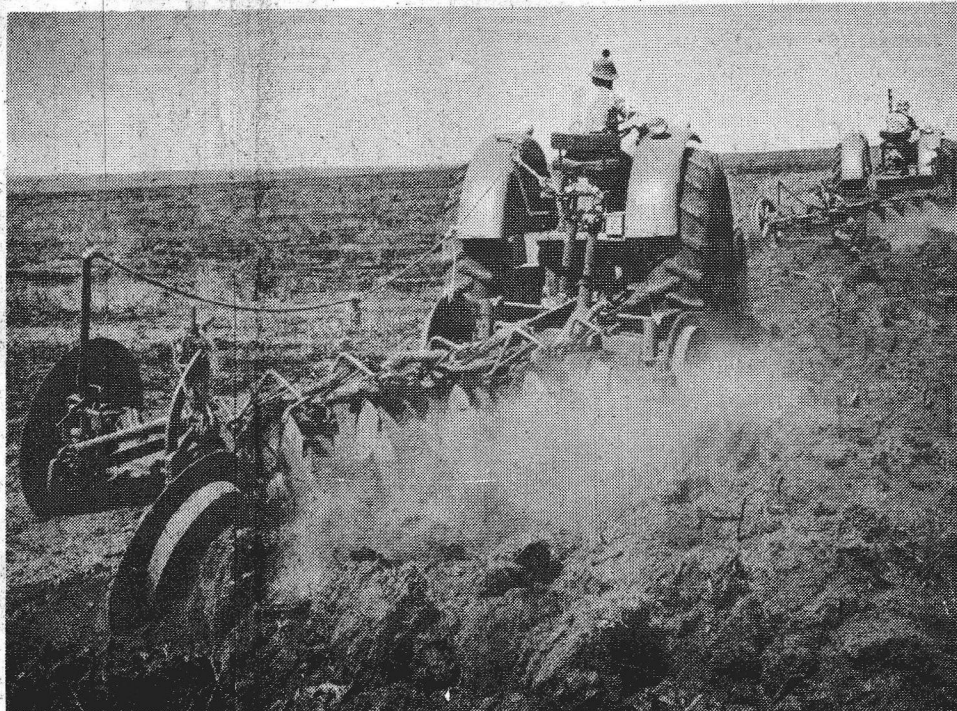
Com o projeto, nós temos condições de analisar a viabilidade do negócio, caso positivo, temos o elemento importante para fiscalizar aquilo que o aprendizado se propõe a realizar. Isto posto, dentro das nossas possibilidades, é conseguida a área.

DB — Essas chácaras que se encontram arrendadas há muito tempo e que nada produzem, servindo para que os seus felizes proprietários possam passar bons fins-de-semana, serão retomadas ou a SAP tem alguma solução para o problema?

PD — O contrato é muito claro. Como



Vargem Bonita, grande produção, em pequena área



O agricultor terá assistência técnica mais eficiente com o sistema de Comunicação Rural que será implantado



Brevemente, o consumidor poderá adquirir, na quantidade que quiser, tudo o que precisar.

existem muitos chacareiros que não vêm desempenhando o que se propuseram inicialmente, nós, dentro de uma medida de prudência, os estamos esclarecendo da conveniência da exploração agrícola da área arrendada. Temos sido felizes, honestamente, nas respostas desses proprietários. Eles estão reformulando alguns projetos ou, mesmo apresentando novos. Nós estamos, cotidianamente, com os nossos técnicos, levando subsídios para eles.

Uma chácara que nós chamamos, vulgarmente, "de fim-de-semana", poderá ter dupla finalidade. Ela poderá ser indiscutivelmente um local de lazer, mas poderá, também, compartilhar para o sistema de produção do Distrito Federal.

Esta é a grande meta do Governo: O GDF jamais pensou em rescindir contrato com qualquer pessoa, desde que essa pessoa não provoque pela recusa sistemática a seguir os caminhos necessários, esta rescisão.

DB — Sr. Secretário, a SAB está atendendo a finalidade para a qual foi criada?

PD — O problema da SAB é difícil até mesmo de ser tratado num diálogo franco e honesto, mas nós jamais pretendêrmos fugir a esse diálogo. Ao assumirmos a SAB recebemos como órgão vinculado à pasta, a Sociedade de Abastecimento de Brasília — SAB — e, com o correr dos tempos, nós levamos algumas ponderações ao Governador, para melhorar o funcionamento da SAB. Ela, em termos de empresa, ainda não vai bem. Mas posso afirmar: a SAB é um órgão com o qual o Governo não pode, não deve e não vai acabar com ela por muitos anos, pelo menos.

DB — Foi aventada a possibilidade de se alugar, a particulares, as unidades de vendas da SAB que não fossem reagentes?

PD — Nesta administração, não.

DB — A SAB é uma empresa de comercialização de gêneros alimentícios ou é uma imobiliária? Sabemos que ela economicamente está muito bem, devido aos seus inúmeros terrenos, que valem verdadeiras fortunas. Entretanto, a sua situação financeira, deixa a desejar.

PD — Você jornalista percebe o problema da SAB. Não precisa ser técnico para observar qual é a grande deficiência da SAB. Ela se transformou de empresa reguladora do mercado de víveres de primeira necessidade em empresa imobiliária. Mas, em compensação, nessa oportunidade, quero dizer, que graças a Deus, conservaram no patrimônio da SAB os seus imóveis. Se não existissem esses lotes, a SAB seria insuperável.

DB — Sabe-se que a SAB está pagando diariamente ao BRB cerca de Cr\$ 8 mil de juros, provenientes do empréstimo que

contraiu, no valor de Cr\$ 16,5 milhões. Não seria então conveniente que fossem vendidos os terrenos que possui para saldar os seus débitos e permitir um desafogo financeiro?

PD — Na realidade, até hoje, nós ainda não compreendemos o porquê disso. Não podemos admitir que uma empresa que tenha um capital de Cr\$ 5 milhões deva, só ao BRB, Cr\$ 16,5 milhões; nós não podemos admitir uma empresa pagando Cr\$ 8 mil de juros, por dia; não podemos admitir que uma empresa que tem em estoque Cr\$ 9 milhões em mercadorias, possua um débito com fornecedores de Cr\$ 11 milhões. Então, o quadro verdadeiro é este. Mas isto não nos atemoriza. Nós temos o remédio para a SAB, e esse remédio não será mágico. É somente questão de bom senso. Transformando o seu patrimônio ocioso em espécie, paga-se o que se deve, aumenta-se o capital de giro, coloca-se em ação uma dinâmica de empresa e, honestamente eu asseveraria então: "A SAB vai bem, obrigado!"

DB — A SAB possui muitos funcionários?

PD — Ela deve ter dois funcionários fazendo o papel de um. Tem gente em excesso. Nós já conseguimos fazer uma redução do pessoal mas, infelizmente, não podemos chegar ao ponto ideal. Existem as obrigações trabalhistas e diante do quadro que eu pintei, em poucas pineladas, todos vêm que o nosso problema é dinheiro. Para entrar em acordo com os empregados, nós temos que atender aos direitos que esses empregados têm.

DB — Quando, então, a solução que o senhor apresentou para os problemas da SAB será tomada?

PD — Já está sendo tomada. Nós já encaminhamos à Terracap a solicitação para regularização e avaliação dos lotes da SAB. Isto feito, nós vamos delegar poderes ao órgão imobiliário do GDF para vender os lotes.

Nós sabemos vender gêneros alimentícios, terras não.

Vamos delegar poderes a quem sabe, na realidade, vender terras. Com o produto das vendas, iremos resolver o problema como foi enfocado.

DB — Qual a previsão de tempo que o senhor faz para que a SAB seja realmente uma empresa equilibrada financeiramente?

PD — Acreditamos que em 1975 nós teremos um fim de ano feliz, com a SAB no seu papel real.

DB — Os produtos hortifrutigranjeiros são comercializados ao consumidor bastante aumentados. Os preços praticados na Cenebra, nas vendas por atacado, são majorados, em alguns casos, em até 500 por cento nas vendas ao consumidor. Qual a solução que o senhor vê para esse problema?

PD — A Cenebra, de fato e de direito, desempenha um grande papel na comercialização. O brasiliense terá o privilégio (desculpe-me por dizer essa palavra) de adquirir a varejo, esses produtos diretamente na Cenebra. O preço onde funcionava a usina de pasteurização está sendo passado para a Cenebra, para instalação de um posto de vendas em nível de consumidor, que poderá ser explorado inclusive pelo próprio produtor.

DB — Muito se tem falado do "Cinturão Verde" de Brasília. No entanto, em termos de produção, nada se observa de positivo. O "Cinturão Verde" é uma utopia?

PD — Na acepção da palavra, sim. Como a palavra diz, um cinturão contorna um perímetro. Nós em Brasília nada temos que contorne esse perímetro, no que se refere à produção granjeira. Filosóficamente falando, nós acreditamos nessa denominação.

DB — A que se deve a redução do quadro de diretores da Cenebra? Antigamente existiam quatro e agora somente dois. Essa diminuição foi resultante de medida de economia?

PD — O problema atual na SAP (já que a Cenebra é órgão vinculado), é uma única filosofia de trabalho. Nós dimensionamos a necessidade e a capacidade. Se existe um órgão com quatro diretores, como é o caso da Cenebra, e que nós achamos que dois diretores é suficiente para o problema satisfatoriamente, como vêm resolvendo, não há necessidade de se colocar os quatro.

DB — Voltando ao problema da SAB, qual é o pensamento do Governo com

relação aos mercados cronicamente deficitários? Eles serão entregues à iniciativa particular?

PD — Essa pergunta é, indiscutivelmente, inteligente. Nós não podemos admitir que postos da SAB, deficitários, continuem existindo sem uma razão plausível. Afirmamos que a SAB será afinal uma empresa, e, como empresa, não poderá ser deficitária. O propósito do Governo é que a SAB seja órgão regulador do mercado. Não se visa lucro, só não queremos prejuízo. Se a SAB encontrar o seu ponto de equilíbrio, estará cumprida uma das missões do GDF. Os postos deficitários serão extintos, a não ser que alguém se proponha a cobrir o "deficit". A SAB não assumirá qualquer responsabilidade sobre prejuízos.

DB — Há probabilidade desses postos deficitários serem entregues a particulares?

PD — Eu posso afirmar que esses postos deficitários os particulares não querem.

DB — É verdade que a usina de pasteurização de leite de Brasília será negociada com a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais (Itambé)?

PD — A usina de leite de Brasília pertence à Cooperativa Agropecuária de Brasília. É bom esclarecer bem isso. A Cenebra não tem nada a ver com a usina de leite.

Em se tratando de uma cooperativa, cabe ao governo dar todo o apoio e eu, posso afirmar que nunca, por parte do governo, não faltou esse apoio. Inclusive, o governo anterior é que deu à cooperativa todo o seu respaldo técnico e financeiro. O atual, vem, nos mesmo critérios, levando à cooperativa todas as condições que o Governo pode dar para possibilitar o seu funcionamento ideal. Cabe aos cooperados, exclusivamente o mérito do bom ou mau funcionamento da cooperativa, em cuja administração o Governo não tem interferência nenhuma.

Quanto ao problema de filiação à Itambé, isso tem sido analisado em termo de cooperativa para cooperativa. Nós ainda, como representantes do Governo, estamos aguardando o pronunciamento dos cooperados da Cooperativa de Brasília. Posteriormente, o Governo tomará posição em relação ao caso.



DB — A Cooperativa de Brasília possui aproximadamente, cento e vinte cooperados. Eles terão condições de honrarem o empréstimo de Cr\$ 13 milhões, que contrairam com o BRB?

PD — Se eles têm condições eu não posso analisar porque pode ser que um cooperado só as possua. Mas o que nós observamos é que o espírito cooperativista, infelizmente, ainda não chegou à Cooperativa de Brasília. Não é possível, onde existem tantas propriedades rurais, todos homens que lutam com o problema do leite, e não tenham ainda se associado à cooperativa. Isso é que nós estranhamos. Se não me falha a memória, nós possuímos, só no DF, 1.700 lotes rurais e, no mínimo, cinquenta por cento deveriam ser associados à cooperativa.

DB — Pelo que se sabe, os cooperados da Cooperativa Agropecuária de Brasília não contribuem com qualquer importância para a amortização do vultoso empréstimo contratado. Quando findar a carência dada pelo BRB, talvez a cooperativa venha a ser, exemplo da SAB, um novo problema para o GDF. O que o senhor diz a respeito?

PD — O GDF ainda não se pronunciou oficialmente com relação à cooperativa. Nós estamos esperando que os cooperados inicialmente tracem o seu destino. Reconhecemos o fato que a cooperativa está numa situação um tanto difícil, porque existem amortizações do empréstimo e juros. Essas obrigações que têm de ser saldados dificultam um pouco a vida da cooperativa. Agora, o ponto de equilíbrio da cooperativa, estava previsto para 36 mil litros de leite/dia. Eu tenho informações que, poucos dias atrás, nós já estávamos recebendo até 77 mil litros por dia. Acreditamos com esse aumento de leite entregue à cooperativa, automaticamente a sua situação tende à estabilização e o lucro virá.

Com o aumento da receita, acredito que a cooperativa esteja estudando uma fórmula capaz de saldar os seus débitos, para colocar a cooperativa no seu devido lugar.

Finalizando a sua entrevista, Pedro do Carmo Dantas, Secretário de Agricultura e Produção do GDF, disse que a SAP não irá transferir problemas. Vamos enfrentá-los com coragem: Brasília é um dos maiores, se não o maior pólo de desenvolvimento do País.





Falando em Manaus, aos participantes do V Seminário de Desenvolvimento Rural, na semana passada, o Ministro Nascimento Silva, da Previdência Social, abordou um dos aspectos de maior relevância de sua pasta — a extensão dos benefícios da Previdência Social brasileira ao homem do campo, cuja efetivação o Governo vem se empenhando em acelerar.

# O que a Previdência Social pode fazer pela nossa agricultura

No mundo de hoje, conturbado pela crise alimentar, cresce a importância da agricultura num País como o Brasil, gigante de 8 milhões e meios de quilômetros quadrados que encerra, em suas diversas latitudes, um potencial de terras aráveis ainda escassamente explorado.

Antes do surto desenvolvimentista que promete elevar-nos, dentro de mais algumas décadas, à condição de grande potência, não faltava quem se referisse à nossa predestinação de País essencialmente agrícola, onde tudo conspirava para nos transformar em celeiro da humanidade.

Se a idéia de País essencialmente agrícola era incompatível com a profusão dos nossos recursos naturais, com as nossas potencialidades materiais e humanas, nem por isso teria sentido relegar a agricultura a plano secundário em relação ao desenvolvimento industrial.

Antes de mais nada, a agricultura deverá produzir gêneros alimentícios e outros suprimentos agrícolas em quantidade suficiente não só para atender às necessidades da população e do mercado interno, acompanhando o crescimento deste, como para permitir a exportação de excedentes, que se transformam em divisas indispensáveis à aquisição de bens de capital no exterior.

Felizmente os progressos feitos pelo Brasil no caminho da industrialização já lhe dão condições de promover o incremento e modernização de sua agricultura. De fato, sem uma forte retaguarda industrial não poderá haver agricultura eficiente, que pressupõe sempre um alto grau de mecanização. Agricultura, hoje, é sinônimo de tratores, arados mecânicos, semeadoras, colhedoras, etc., sem falar nos fertilizantes e nos pesticidas.

Exemplo eloquente de como o poderio industrial condiciona o rendimento da agricultura é o dos Estados Unidos da América, onde apenas 5% da população se dedica à atividade rural. E os Estados Unidos são, todos o sabem, a maior potência agrícola do mundo.

Chegou a hora, portanto, de o Brasil voltar-se seriamente para a racionalização, diversificação e intensificação de sua atividade agrícola, com vistas não só ao abastecimento interno como à conquista de divisas através da exportação. Libertando-se da monocultura que caracterizou os diversos ciclos da nossa história econômica, o País caminha para diversificar cada vez mais a sua produção agrícola, e para dar novo alento à pecuária, mediante aprimoramento dos rebanhos.

## O papel da agricultura na Região Amazônica

O Governo do Presidente Ernesto Geisel está vivamente empenhado em impulsionar a agricultura brasileira, a fim de que o País possa crescer harmoniosamente, e de modo que a conseqüente melhoria das condições de vida no campo refreie o êxodo rural, retirando-lhe os aspectos negativos que ainda o caracterizam.

No que se refere particularmente à Amazônia, cuja integração no contexto sócio-econômico do País constitui um dos pontos básicos do programa de ação governamental, como testemunha, entre outras iniciativas, a abertura de fabulosas rodovias através da selva amazônica, grande é o papel reservado à agricultura, aí incluída a pecuária, como fator de conquista e colonização, uma vez garantido o escoamento da produção.

Poderá causar estranheza o fato de haver eu, até agora, tecido considerações em torno de aspectos e problemas relacionados com um setor aparentemente alheio às finalidades e preocupações do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Ocorre, todavia, que a previdência social é, por definição, poderoso fator de redistribuição de renda e instrumento de manutenção do salário, além de contribuir, graças à prestação de assistência médica, para a elevação dos níveis de higiene da população. Por tudo isso, podemos dizer que ela representa importante papel no quadro do desenvolvimento econômico, conferindo poder aquisitivo a camadas que de outra forma se manteriam à margem do consumo e aumentando a produtividade em conseqüência dos cuidados médicos dispensados à força de trabalho.

Verifica-se, assim, que a previdência social está diretamente ligada aos interesses da agricultura e não poderá

*O homem do campo*

*vivia, antes 1964,*

*relegado ao*

*abandono em matéria*

*de previdência*

*social, não obstante*

*termos sido, em*

*passado recente, um*

*país de economia*

*predominantemente*

*agrária.*

ser omitida em qualquer plano destinado a incrementar a produtividade do trabalho rural.

É bem verdade que na maioria dos países em desenvolvimento a previdência social atua quase exclusivamente nas áreas urbanas, em detrimento das populações rurais, que nos primeiros estágios do progresso econômico são sempre mais numerosas do que as cidadinas. Esse estado de coisas, não raro aceito com espírito fatalista por governantes e governados, envolve aspectos indefensáveis do ponto de vista moral e econômico, pois discrimina entre cidadãos, entrava o desenvolvimento da agricultura e — o que é mais grave — obriga o homem do campo, sem qualquer contrapartida, a participar do custeio da previdência social urbana, visto como ninguém ignora que as contribuições patronais, e segundo alguns as próprias contribuições dos empregados, são lançadas no custo do produto final, que é consumido indiferentemente por toda a população.

No Brasil o homem do campo vivia, antes de 1964, relegado ao abandono em matéria de previdência social, não obstante termos sido, em passado recente, um País de economia predominantemente agrária. Só a partir da Revolução de Março foi que, sem demagogia, procurou o Governo dar solução viável a um problema de capital importância para o bem-estar de considerável parcela da população.

A solução dada ao problema da previdência social rural envolveu várias experiências e tentativas antes de se chegar a um resultado compatível com os aspectos negativos que ainda caracterizam as condições em que se desenvolve a atividade rural entre nós. Não faltou, aliás, quem considerasse utópica, inexecutável, a extensão da previdência social ao campo antes de ser a ele aplicada a legislação trabalhista. Em face de uma das definições de previdência social, que a caracteriza, segundo já vimos, como mecanismo de substituição do salário, realmente só teria sentido substituir o salário no meio rural após a sua instituição, ali, nos termos da legislação do trabalho. E essa foi justamente a razão do malogro da tentativa de implantar um esquema de previdência social rural com base na arrecadação de contribuições sobre o salário. Mas a verdade é que há várias maneiras de conceber e implementar um plano de previdência social para o campo, e o que veio finalmente a ser adotado entre nós, além de prático e afeiçoado à realidade, pressupõe a sua absorção paulatina, a longo prazo, pelo sistema urbano.

O ponto de partida para a extensão da previdência social ao campo foi o plano Básico instituído pelo Decreto-lei no.564, de maio de 1969, e que abrangia de início os empregados do setor agrícola da agroindústria canavieira.

Embora previsse a concessão de benefícios com base no salário-mínimo, critério razoável quando se considera que raramente o trabalhador rural auferia mais do que isso, o Plano Básico tinha um esquema de custeio inexecutável, consubstanciado na arrecadação de contribuições incidentes sobre a remuneração do camponês. Como muitas vezes essa remuneração é paga "in natura" ou em montante inferior ao do salário-mínimo, a implementação do Plano Básico esbarrou em obstáculos insuperáveis, que impuseram a sua substituição por algo mais adequado à nossa realidade rural.

Surgiu assim, o Programa de Assistência ao Trabalho Rural (PRO-RURAL), criado pela Lei Complementar no.11, de maio de 1971, que revogou a legislação referente ao Plano Básico.

## O Funrural, órgão executor do programa

O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) é uma autarquia criada pela mesma Lei Complementar com a finalidade de executar o PRO-RURAL. O ato precursor desse programa foi a Portaria MTPS no.859, de dezembro de 1966, baixada quando era eu o titular daquela Pasta. Os poucos recursos arrecadados por força do Título IX da Lei no. 4.214, de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural), foram destinados, a partir da expedição da referida Portaria, à prestação de assistência médico-hospitalar aos trabalhadores rurais. E a evolução desse processo responde hoje pelo elevado número de convênios celebrados com vistas ao atendimento médico da clientela rural.

No entanto, para viabilizar a assistência ao trabalhador agrícola e seus dependentes foi necessário abandonar

*São beneficiários*

*do Pro-Rural todos*

*os assalariados da*

*agricultura, pecuária,*

*atividade de pesca*

*artesanal e*

*hortigranjeira,*

*além dos produtores*

*rurais que não sejam*

*empregadores*

a prescrição do mencionado Título IX e partir para uma solução compatível com a realidade. Conseqüentemente, sobreveio já no término do Governo do Marechal Castelo Branco o Decreto-lei no.276, de fevereiro de 1967, que ofereceu à novel instituição de assistência aos trabalhadores do campo as condições operacionais admissíveis à época. Embora mantivesse como contribuintes os produtores agrários, aquele Decreto-lei estabeleceu sub-rogação mediante a qual os adquirentes, as cooperativas e os consignatários, ao transacionarem com produtos rurais, passaram a efetuar o desconto da contribuição incidente sobre essas mercadorias e a recolhê-lo aos Bancos, em favor do FUNRURAL. Tornou-se possível, dessa maneira, a fiscalização das vias de receita. Quanto aos benefícios, ratificou o mesmo Decreto-lei o esquema geral da já citada Portaria no.859, iniciando-se assim a escalada assistencial em prol dos camponeses, hoje em pleno desenvolvimento graças às medidas adotadas no Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, como a criação do PRO-RURAL proposta pelo Ministro Júlio Barata.

Os beneficiários do PRO-RURAL são os assalariados que se empregam nos serviços agrários, isto é, na agricultura, pecuária, atividade hortigranjeira e pesca artesanal, e os produtores rurais não empregadores, os quais cultivam ou criam utilizando unicamente a força de trabalho do conjunto familiar. São também beneficiários os dependentes daqueles assalariados ou dos produtores.

O PRO-RURAL oferece benefícios pecuniários, serviços de saúde e serviço social.

Os benefícios pecuniários são a aposentadoria por velhice, a aposentadoria por invalidez, a pensão por morte e o auxílio-funeral. A aposentadoria por velhice é concedida àqueles que, sendo chefes ou arremos de unidades familiares, tenham atingido a idade de 65 anos; a aposentadoria por invalidez, em qualquer idade, àqueles que, na mesma relação de família, sejam portadores de incapacidade total e permanente para o trabalho; a pensão por morte destina-se aos dependentes, na unidade familiar; e o auxílio-funeral, por morte de qualquer dos cônjuges, é deferido a quem, dependente ou não, prove ter efetuado as suas expensas o sepultamento.

A mensalidade relativa a cada aposentadoria e à pensão por morte é de Cr\$ 189,00, isto é, 50 por cento do maior salário-mínimo vigente, sendo essas prestações não acumuláveis, no sentido de a mesma pessoa não ter direito senão a uma delas. O auxílio-funeral corresponde, em qualquer localidade, ao salário-mínimo antes mencionado.

Melhorando sempre em qualidade e aumentando em quantidade de ano para ano, os atendimentos atingiram as seguintes cifras em 1973: 6.883.209 em ambulatório; 1.000.587 médico-hospitalares e 4.390.090 odontológicos.

Foram construídas e equipadas pelo FUNRURAL nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul 39 unidades hospitalares, com um total de 524 leitos.

Outras 38 unidades hospitalares se acham em construção ou com projetos em fase de adjudicação ou licitação no Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O FUNRURAL vem utilizando unidades móveis de assistência ideadas para levar assistência médico-ambulatorial e odontológica às áreas de população rarefeita ou desprovidas dos meios elementares de combate às doenças. Os veículos possuem aparelhagem de ambulatório e gabinete dentário providos de ar condicionado, sendo que geradores conduzidos por camionetas do tipo "pickup" fornecem energia elétrica para acionar todo esse equipamento onde for problemática ou impossível a ligação na rede geral. Atualmente, 48 ônibus-ambulatoriais prestam serviços no interior do País, atendendo elevado número de pessoas. Na qualidade de convenientes, operam essas unidades diversos Batalhões de Engenharia e Construção do Exército, algumas Prelazias, Secretarias de Saúde, Prefeituras, Missões Adventistas do 7o. Dia, Faculdades de Medicina e o Projeto Rondon. Dentro em pouco estará atuando, do mesmo modo, a FUNAI. O FUNRURAL entrega os ônibus mediante convênio, por empréstimo, a entidades idôneas e aptas a dar-lhes proteção e aplicá-los

*Chegou a hora de o Brasil voltar-se seriamente para a racionalização, para a diversificação e a intensificação de sua atividade na agricultura, com vistas não só ao abastecimento interno como à conquista de divisas pela exportação.*